

O CAREWORK E SUAS IMPLICAÇÕES DE CLASSE: A SUBALTERNIDADE DAS MULHERES POBRES ENQUANTO SUPORTE POLÍTICO DO SISTEMA CAPITALISTA

THE CAREWORK AND ITS IMPLICATIONS FOR CLASS: POOR WOMEN SUBALTERNITY AS POLITICAL SUPPORT OF THE CAPITALIST SYSTEM

Clarissa Cecília Ferreira Alves¹

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar de que maneira o desenvolvimento do mercado de *careworkers* nos contextos internacional, regional e nacional reforça a subalternidade de mulheres advindas de países de terceiro mundo e regiões subdesenvolvidas, de modo a cada vez mais responsabilizá-las pela reprodução social dos indivíduos e pelas atividades de cuidado em geral. Desta forma, pretende-se analisar os principais fluxos migratórios de cuidadoras a fim de compreender de que maneira estas relações encontram-se diretamente ligadas com a emancipação profissional e econômica das mulheres e com o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo, fazendo emergir um suposto conflito de interesses em mulheres de classes sociais distintas, através do surgimento das chamadas “cadeias globais de assistência”. O estudo utilizou preponderantemente o método dialético, priorizando o uso das técnicas de pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras Chave: *carework*; migrações; mulheres; capitalismo; classes sociais.

Abstract: This article proposes to analyze how the development of the market careworkers in the international, regional and national contexts reinforces the subordination of women that come from third world countries and underdeveloped regions, to increasingly hold them accountable for the social reproduction of individuals and the general care activities. Thus, we intend to analyze the main migratory flows caregivers to understand how these relationships are directly linked with the professional and economic emancipation of women and the development of the capitalist system as a whole, giving rise to an alleged conflict of interest in women of different social classes, through the emergence of so-called "global care chains". The study mainly used the dialectical method, prioritizing the use of technical research documents and literature.

Keywords: carework; migration; women; capitalism; social classes.

¹Mestra em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, área de concentração Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Direito da mesma instituição; Docente e Coordenadora do projeto de pesquisa Teorias Críticas do Direito das Faculdades Integradas de Patos – FIP.

1 Introdução

A conjuntura das relações de trabalho, contemporaneamente, tem intensificado bastante os estudos sobre o *carework* dentro das ciências sociais. As atividades que envolvem a ideia de cuidado vinham sendo analisadas principalmente por pesquisadoras das áreas de saúde, nas perspectivas da enfermagem, medicina, psicologia, e também do serviço social, em virtude da relação direta com o cuidado e atenção do outro no exercício destas profissões. Dentro do campo do direito, esses estudos praticamente inexistem, sendo este um campo importante para que se analise, sobretudo, de que forma graves violações de direitos humanos têm sido perpetradas contra mulheres em situação de vulnerabilidade laboral. De outro lado, um grande rol de pesquisas com abordagens feministas já vinham sendo realizadas na forma de estudos-denúncia acerca da responsabilização das mulheres pelo trabalho de reprodução social e da invisibilização deste perante as macro análises das relações de trabalho.

Este artigo, entretanto, visa aprofundar algumas discussões já iniciadas em trabalhos anteriores, trazendo a reflexão acerca do *carework* para a questão de classe, discutindo em que sentido o ônus desta espécie de trabalho tem recaído enfaticamente sobre as mulheres de países de terceiro mundo e de regiões subdesenvolvidas e marginais do globo. A hipótese aqui defendida é a de que, cada vez mais, esta sistemática de subalternização das mulheres pobres tem sustentado, não só a emancipação econômica e profissional das mulheres de uma classe social mais elevada, como, em medida final, do sistema capitalista como um todo.

Inicialmente, será discutida a ideia e concepção do *care*, tendo em vista que este conceito tem sido ainda debatido, em certa medida, de maneira controversa, não havendo ainda uma definição consensual acerca de seu conteúdo, uma vez que, em vários idiomas, a expressão pode abarcar sentidos não correspondentes. Assim, faz-se de grande importância trabalhar este conceito sempre que possível na literatura sobre o assunto.

Sequencialmente, partir-se-á da discussão sobre migrações internacionais, regionais e nacionais (estes últimos no contexto da América Latina e Brasil), para que se observe em que medida se forma uma espécie de teia global que entrecruza estes fluxos migratórios, de modo a notadamente se onerar os países e regiões subdesenvolvidos e, sobretudo, as mulheres advindas destes locais.

Finalmente, pretende-se discutir em que sentido a exploração da mão de obra das mulheres pobres é utilizada na base do sustento do sistema capitalista, quando este invisibiliza a reprodução social do indivíduo produtor e o trabalho que é realizado na esfera privada e da família (não compreendendo-os como trabalho efetivo ou classificando-os como trabalho improdutivo) e, ainda, quando o capitalismo transforma o cuidado em uma matéria prima valiosa e necessária à emancipação das mulheres de classe social elevada, tornando o *carework* um verdadeiro mercado, gerando uma grande demanda nas regiões desenvolvidas do planeta.

A grande questão que se observa neste cenário é o fato de que cada vez mais as regiões centrais do mundo necessitam deste tipo de trabalho. É um desenvolvimento do sistema capitalista que, necessariamente, precisa explorar, em primeira instância o trabalho subordinado e desprestigiado (permeado, inclusive, por violações de direitos humanos e relativização da ideia de cidadania) das mulheres. A configuração moderna das trajetórias internacionais, regionais e nacionais representa, principalmente, uma maneira de suprir esta demanda, que cresce aceleradamente.

Far-se-á uso, neste trabalho, do método dialético de abordagem, a fim de que se compreenda os elementos utilizados em sua totalidade, e que se identifique o diálogo entre as chamadas *cadeias de assistência*, seja no contexto internacional, latino-americano ou brasileiro. Utiliza-se, principalmente, da pesquisa bibliográfica e documental.

A seguir, passemos a discutir estas questões, a partir de uma noção ampla de *carework*, concebendo-o, conforme veremos, como um conceito que abarca um variado leque de atividades, terceirizadas ou não.

2 O *carework* e suas definições ainda em construção na sociologia do trabalho

Ao tempo em que a sociedade mundial se torna cada vez mais envelhecida, que as mulheres passam a dominar os mais variados postos de trabalho e que o ritmo de crescimento de países ditos de terceiro mundo avança, exigindo mais mão-de-obra qualificada e com dedicação exclusiva às atividades de mercado, uma extensa rede de serviços voltados exclusivamente para o cuidado com o bem estar do próprio ser humano se desenvolve ao redor do mundo.

O que aqui se pretende denominar de *carework* é, contemporaneamente, uma atividade que se expande de variadas formas, manifestando-se em todas as partes do planeta, em diferentes graus de intensidade. E, embora configure uma espécie de atividade reconhecida globalmente e historicamente (e, talvez, justamente por este motivo), sua compreensão carece de uma maior elucidação quanto ao seu significado, tendo em vista que, em se tratando de uma categoria que ganha notoriedade nos estudos dentro das ciências sociais recentes, tem sido abordada de diferentes formas, com variadas denominações, por distintas autoras e autores.

A concepção desta atividade, por outro lado, não se restringe ao seu aspecto profissional, mercantil e remunerado². Na verdade, as discussões sobre o *care* surgem dentro das reflexões sobre a divisão sexual do trabalho no espaço privado, quando da afirmação por parte de teóricas feministas de que o espaço privado é constantemente negligenciado dentro das teorias políticas e de justiça (OKIN, 2008, p 308). Foi dentro do espaço privado (e de suas conexões com as relações de poder que manifestam-se no espaço familiar) que esta atividade, *a priori*, começou a ser analisada. As feministas logo evidenciaram a relevância política destas relações, tendo em vista que elas oneram notadamente as mulheres enquanto principais sujeitos a quem se atribui a responsabilidade pela reprodução do lar, da vida privada, das necessidades básicas dos indivíduos e da própria espécie humana.

No mesmo sentido, a expressão *trabalho de reprodução* tem sido usada há algum tempo pelas teóricas do feminismo de base marxista para designar enfaticamente sua suposta oposição à ideia de trabalho produtivo, de trabalho remunerado, e, ainda, ao conceito de trabalho improdutivo. Para além disso, busca-se evidenciar teoricamente o quanto o trabalho de reprodução não-remunerado tem sustentado o próprio capitalismo, na medida em que produz o indivíduo que, por sua vez, irá atuar na atividade produtiva do capital (fenômeno da re-produção do indivíduo), conforme enuncia Duffy (2005, p. 66-82).

Algumas autoras concebem o trabalho de reprodução enquanto sinônimo de trabalho de assistência, afirmando que ambas as expressões referem-se ao “conjunto diversificado e complexo de atividades relativas à “produção do próprio homem”; à “reprodução da espécie”; à “reprodução da força de trabalho”; à “satisfação das

² No dizer de Zelizer (2012), *care* remunerado e *care* não-remunerado.

necessidades afetivas” e à criação e reprodução de sentimentos morais (CASALINI, 2010, p. 59). Brunella Casalini assim concebe a ideia de trabalho reprodutivo:

O trabalho reprodutivo tem a ver, verdadeiramente, com a carne e com os corpos: com o ato de se colocar no mundo as crianças e assisti-las, com a assistência aos idosos frágeis, aos doentes, às pessoas necessitadas de carinho e atenção; mas relaciona-se também com a limpeza das nossas casas, dos nossos vestuários, a preparação da comida e todas aquelas outras infinitas e indeterminadas atividades cotidianas orientadas à satisfação das nossas necessidades físicas e afetivas. Estas atividades vão da reprodução biológica ao sustento dos fundamentais processos de socialização (CASALINI, 2010, p. 60).

É nesse sentido, portanto, que este conceito expressa o anseio de demarcar e evidenciar a relevância social e política da reprodução da própria vida, do sustento das atividades produtivas e da atenção às necessidades gerais dos indivíduos, que tem sido, durante a história, realizada por mulheres, sem ser objeto de compartilhamento na maior parte das culturas e das teorias político-econômicas.

Por outro lado, algumas estudiosas das relações de gênero aplicadas à divisão sexual do trabalho preferem utilizar-se de outra categoria para se referir a estas atividades comumente realizadas a cargo das mulheres: o *care* ou, na tradução para o português, o “cuidado”.

Os debates sobre o *care* têm sua origem há cerca de 30 anos, através dos estudos de Carol Gilligan (1982) no campo da psicologia do desenvolvimento moral, afirmando, a partir da análise de pesquisas sobre o desenvolvimento moral de crianças, que a forma de pensar das mulheres era desvalorizada pela ciência da psicologia, e sugerindo a existência de uma *voz diferente*³ da *voz* socialmente dominante diante da necessidade de resolver conflitos morais, tomando como base critérios relacionais e contextuais no lugar de critérios baseados na lei e na imparcialidade, moralmente mais valorizados e evidenciados.

A obra de Gilligan sofreu uma série de críticas, inclusive das próprias correntes feministas, como é o caso das feministas radicais, até que, em um momento posterior, já no início da década de 90, teóricas como a filósofa política Joan Tronto (2007) desvinculam a ideia da *voz diferente* da voz estritamente feminina, passando a relacioná-la com a voz de quem exerce atividades relativas ao *cuidar de alguém*, o que

³ “In a different voice” é o título da polêmica obra de Gilligan, publicada no início da década de 80 (1982).

representa algo fundamental dentro de um debate de gênero, uma vez que esta *voz* moral peculiar diante do mundo resultaria do exercício de uma *atividade* específica, e não da existência biológica das *mulheres*, desnaturalizando, portanto, a ideia da voz diferente do contexto feminino⁴.

A partir destas discussões sobre a ética do cuidado e do *carework*, várias estudiosas passaram a analisar detidamente como as atividades que se vinculam ao *care*, e que, ratifique-se, tem sido exercidas historicamente por mulheres (por isso a confusão inicial da atribuição da *voz diferente* às mulheres), representam um objeto de estudo relevante econômica e politicamente, e que, na atualidade, atua diretamente tanto na divisão sexual do trabalho, como no surgimento de uma divisão entre os interesses dos grupos sociais de mulheres. Analisando, portanto, o *care* a partir de uma ótica de gênero, observa-se que a desvalorização que comporta esta atividade é construída nos tempos atuais de modo a estratificar a própria existência social das mulheres, ocasionando uma evidente divisão entre as mulheres que exercem o *carework* e as que terceirizam-no para outro grupo de mulheres.

Ainda, outra grande dimensão desta análise surge quando da intersecção dos estudos sobre o cuidado com os estudos sobre migrações, resultando na conclusão reveladora de que esta atividade, que consiste, em geral, “naquilo que ninguém deseja fazer” ou “no trabalho sujo e indesejado”, tem sido cada vez mais terceirizada às mulheres de países pobres que migram para países desenvolvidos em busca de melhores condições de vida, deixando as atividades de cuidado que antes lhes caberia em seus próprios lares, para exercer aquelas que a vida social atribuiria a outras mulheres (dos países ricos).

Diferentemente dos debates acerca do trabalho de *reprodução social*, o termo em inglês *care*, por originar-se no contexto dos estudos sobre a moralidade, vem enfatizar uma dimensão mais *emocional e relacional* do trabalho, analisando sua dimensão política dentro de estruturas sexistas de poder e evidenciando sua importância social. O conceito do *care* centra-se muito mais nas características de solicitude, atenção com o outro e de cuidar do outro (HIRATA, GUIMARÃES, 2012, p. 1), ou, como colaciona Zelizer (2012, p. 18), as relações abrangidas pelo *care* incluem “[...] qualquer

⁴Moliner (2012, p. 29-30) vem enfatizar que, uma vez existindo enquanto grupo heterogêneo, as mulheres não estariam todas envolvidas (ou envolvidas na mesma intensidade) com as atividades de cuidado. O *carework* designaria, assim, não somente atividades profissionais especializadas em que se destaca a preocupação com os outros (como, por exemplo o trabalho das enfermeiras), mas também atividades menos especializadas, como é o caso das atividades domésticas exercidas no âmbito familiar e sua delegação a babás, empregadas etc.

tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem-estar daquela ou daquele que é o seu objeto [...]”, podendo ser incluídos neste conceito desde o cuidado de uma manicure num salão de beleza, até o “breve conselho telefônico num *hotline* de ajuda psicológica”; ou, desde os laços estabelecidos entre mãe e filha, até o “devotamento de um velho empregado” a um patrão.

O conceito de *care* tem a característica de ser estendido a toda e qualquer atividade que implique em “cuidar”, em “dar atenção”, “fornecer consolo, carinho”, ou “agradar” alguém, preocupando-se com seu bem-estar. Sendo assim, compreende-se nesta categoria, por exemplo, as faxineiras, lavadeiras, cozinheiras que executam serviços domésticos; as acompanhantes filipinas que entretêm homens em casas noturnas no Japão; as enfermeiras, que atuam limpando as fezes, urina e dejetos de um hospital, asseando os ambientes clínicos; as babás que migram de países da América Latina para cuidar de crianças na Europa, na América do Norte ou em outro país latino, e as mulheres indianas que trabalham como “mães de aluguel”.

Ainda em processo de desenvolvimento por parte de suas maiores estudiosas, o *care* existe enquanto categoria em construção, sobretudo em virtude de desenvolver-se a partir de distintas expressões concretas em variadas culturas, e de ser apropriado diferentemente, no que tange à sua terminologia, em diferentes idiomas. Atualmente ainda se questiona a extensão exata do seu conceito e a abrangência teórica de sua formulação, sendo, por este motivo, uma categoria, em certa medida, e a despeito do crescente desenvolvimento de seus estudos, ainda controversa.

Nos estudos de Rhacel Salazar Parreñas (2012, p. 203), a definição mais ampla do trabalho de *care* alinha-se exatamente com o conceito de *trabalho reprodutivo*, relacionando-se, a reprodução social, com todo o conjunto de atividades e relações que envolvem a manutenção de pessoas. O *carework* refere-se, assim, ao “trabalho de desenvolver nossas faculdades humanas”, assumindo diversas formas de manifestação. Parreñas defende a tese, por exemplo, de que mulheres que trabalham em casas noturnas como acompanhantes, exercendo a atividade de flerte, fornecem uma modalidade específica de trabalho de cuidado.

Diante disto, compreendendo a complexidade que envolve a temática, e levando em consideração a proximidade conceitual das categorias *trabalho de reprodução* e *carework*, optou-se por se utilizar, no presente estudo, esta última expressão (com ênfase no *care*), por entender-se que esta enfatizará as noções de proximidade entre

cuidador(a) e pessoa cuidada e de dimensões de preocupação com o bem estar e comodidade do outro.

Nesse sentido, é a partir da contextualização destas categorias que se pretende partir para a análise de seus desdobramentos na vida das mulheres pobres (advindas de países subdesenvolvidos ou de regiões pobres, conforme se analise o caso global, regional ou brasileiro), e de suas implicações no que se refere à sustentação política do sistema capitalista como um todo.

3 As faces do *carework*: cuidado remunerado/não remunerado

Conforme observado anteriormente, os debates sobre o *care* (ou *cuidado*, na tradução utilizada por algumas autoras de língua portuguesa) assumem formas variadas, abarcando diversas atividades que envolvem a preocupação, manutenção e atenção a outros seres humanos.

Assim, para que possamos compreender mais profundamente como o *carework* e o processo de divisão sexual do trabalho, em determinados aspectos, repercute negativamente na vida e na defesa dos direitos humanos das mulheres pobres (sobretudo de regiões pobres de países de terceiro mundo), se faz relevante que tenhamos alguns comentários acerca de recentes estudos oriundos da sociologia do trabalho que visam explicitar, tanto, por um lado, as variadas faces do trabalho de cuidado, quanto, por outro, os aspectos de entrecruzamento entre gênero, *care* e o fenômeno das migrações.

Em primeiro lugar, é importante observar que “distintas modalidades do *care* se constroem em diferentes sociedades” (GUIMARÃES, HIRATA, SUGITA, p. 83), sendo fundamental analisar como Estados nacionais e o mercado capitalista influenciam nesse processo. Diferentes países legislam, protegem trabalhadoras domésticas ou donas de casa, acolhem imigrantes, promovem políticas públicas assistenciais e de amparo a crianças e idosos, dentre outras coisas, de maneira distinta. Nesse sentido, a análise do *care* terá resultados cada vez mais diversos conforme se analise sociedades diferentes e, mais ainda, conforme se analise países de diferentes estruturas socioeconômicas, sendo, por exemplo (e *a priori*), os países de primeiro mundo os principais receptores de mão de obra voltada ao cuidado, e os países de terceiro mundo seus principais fornecedores. Só este fator já nos permite, preliminarmente, raciocinar no sentido de que imigrantes advindos de países subdesenvolvidos que buscam melhores condições de

vida⁵ certamente não contratam relações trabalhistas sob iguais condições de poder com empregadores de países desenvolvidos, que importam mão de obra barata a fim de realizar atividades socialmente consideradas subalternas.

Em segundo lugar, analisando a ideia de cuidado sob o prisma da categoria gênero, observa-se que a preocupação com a reprodução do indivíduo, com o trabalho doméstico e com a atenção aos idosos, crianças e pessoas que vivem com deficiência, tem sido secularmente tratada como uma atribuição naturalmente feminina. A categoria gênero, pois, vem enfatizar a preocupação em situar tais discussões no campo histórico e social, desmistificando a ideia determinista de natureza feminina da atividade de cuidar⁶.

O *carework*, nestes termos, vem ao longo da história da humanidade sendo desenvolvido no espaço privado preponderantemente por mulheres em razão de fortes imputações morais e sociais. Todavia, a primeira implicação deste problema, nas últimas décadas, diz respeito ao fato de que estas atividades têm sido cada vez mais terceirizadas, de modo que determinadas mulheres têm passado a realizar o trabalho primariamente atribuído a outra responsável *a priori* (outra mulher), ao passo que elas próprias (as terceiras), por sua vez, delegam aqueles que seriam os seus encargos a suas mães, irmãs, filhas etc. Origina-se deste sistema o fenômeno da mercantilização do *carework*, e o desenvolvimento de um negócio em expressiva “expansão na economia de serviços do mercado global” contemporâneo (HIRATA, GUIMARÃES, 2012, p. 1).

Por outro lado, se atentarmos, mais uma vez, para o ponto de vista do gênero, observaremos que a grande característica desse processo de monetização do trabalho de *care* é o fato de que, no momento em que estas “determinadas mulheres” deslocam-se de seu próprio espaço privado para executar atividades em outros espaços privados, o *carework* que antes caberia a elas em seu próprio lar é designado a outra mulher, e não compartilhado igualmente com os homens. Não ocorre, portanto, o tensionamento das relações de gênero dentro do seio familiar, de modo a operar uma divisão equânime do trabalho reprodutivo.

⁵ É importante ressaltar que aqui não se pretende considerar apenas as condições de migrantes que saem de seus países sob péssimas condições de vida e miserabilidade, sendo, portanto, absolutamente vitimados no processo de imigração. Na verdade, a maior parte dos casos discutidos pela bibliografia utilizada diz respeito a pessoas (especialmente mulheres chefes de família) que *decidiram* deliberadamente buscar oportunidades em outros países ou regiões, muitas vezes possuidoras de ensino superior completo, mas que não encontram espaço no mercado de suas regiões de origem. Não obstante, é de interesse do presente estudo, também, questionar até que ponto estas decisões são de fato “livres”.

⁶ Acerca dos debates contemporâneos sobre o gênero, vide SCOTT (1996), LAMAS (2000), BEAUVOIR (2009), BUTLER (2008), OKIN (2008), SAFFIOTI (2005).

O fornecimento do *care*, note-se, pode manifesta-se, do ponto de vista da contraprestação pecuniária (remuneração), de maneira distinta, conforme o *carework* seja realizado pela mulher considerada moral e socialmente responsável por provê-lo (a responsável *a priori*), ou seja realizado por outra mulher (a cuidadora terceirizada), que passa a realizar substitutivamente o *care* que, primariamente, seria de responsabilidade daquela. Em alguns casos, como no Brasil, em que persistem traços culturais herdeiros de uma tradição escravocrata, é ainda comum verificar em determinadas regiões a existência de cuidadoras terceirizadas (que exercem o trabalho de cuidado supostamente atribuído a outra mulher dentro da família), que não são remuneradas por tais atividades, em virtude de configurar-se, neste esquema, uma espécie de relação de pagamento ou gratidão pelo abrigo e alimentação fornecido em situações de necessidade⁷.

A terceirização do *carework* se manifesta, portanto, a partir do momento em que uma pessoa realiza o trabalho de cuidado que, *a priori*, caberia a outra mulher realizar dentro da lógica tradicional patriarcal⁸. Esta terceirização consistirá em um *care* remunerado na medida em que é exercida sob uma contraprestação pecuniária, ou em uma terceirização não remunerada, quando exercida sem pagamento.

Por outro lado, o *care* será não remunerado, na medida em que realizado primariamente pela mulher social e moralmente considerada responsável por provê-lo. O *carework* realizado de maneira não remunerada tem sido considerado por estudiosas feministas de base marxista como um dos principais aspectos de exploração da força de trabalho feminina, consistindo na forma mais elementar de sustentada reprodução do indivíduo produtor, que é diretamente explorado pelo capital. A grande característica do *care* não remunerado é a de que ele é invisibilizado na sociedade capitalista, de modo que seu provimento não é tampouco considerado trabalho efetivamente realizado.

⁷ Este é o caso, por exemplo, da tia que reside na capital e acolhe a sobrinha do interior para que esta, ali, realize seus estudos e, em troca, esta auxilie ou realize completamente o serviço doméstico; ou da filha da empregada doméstica que dorme na casa dos patrões juntamente com a mãe e divide com esta a prestação do *care* terceirizado, sem receber remuneração por isto. Nestes casos, a atribuição dos afazeres domésticos não se dariam na mesma proporção caso se tratasse de um sobrinho ou filha de empregada doméstica do sexo masculino. Outras atribuições, que não as da responsável *a priori* seriam designadas a estes.

⁸ Não é consenso entre as teóricas feministas o fato de que a dominação masculina sobre as mulheres tenha existido enquanto um evento constante e a-histórico. Muitas feministas consideram a importância do reconhecimento de que o patriarcado se desenvolve enquanto um processo cultural que se estende, desde um determinado momento, até a contemporaneidade sem, no entanto, ter configurado um absoluto histórico.

A reflexão sobre as questões da terceirização do *care* e sobre os debates sobre o *care* remunerado e não remunerado leva-nos a ponderar que, dentro da lógica do patriarcado e do capital (e da necessidade de exploração de uma mão de obra reprodutiva invisível que faça a manutenção do indivíduo produtor), pode-se afirmar que *à cada mulher corresponde uma parcela de responsabilização pelo carework*, que lhe será cobrada e exigida em graus diferentes de intensidade, a variar, dentre outras coisas, conforme a classe social que ocupe.

4 As faces do *carework*: a intersecção entre o *care* e migrações internacionais, regionais e internas

Outro debate importante acerca da terceirização do *carework* diz respeito à constante ligação entre o fornecimento do *care* remunerado e o recente *boom* no fluxo migratório de mulheres ao redor do mundo.

O fenômeno da feminização das migrações internacionais é um dos principais aspectos dos estudos sobre migrações na atualidade. Segundo dados das Nações Unidas, mulheres e meninas já representam cerca de metade dos 214 milhões de pessoas que deixam seus lugares de origem no mundo (DEEN, 2014). Entre 1960 e 2005, considera-se que a porcentagem de mulheres que emigraram aumentou de 46,7% para 49,6%, perfazendo um total de 95 milhões de mulheres emigrantes (SCHIFF, MORRISON, SJOBLUM, 2007). Ainda, dados do Fórum Mundial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as migrações (DUMONT, MARTIN, SPIELVOGEL, 2007), apontam que, em seus países membros, a porcentagem de emigrantes femininas já é superior à dos homens desde os anos 2000, onde cerca de 51% da população emigrante era feminina.

Assim, o antigo cenário de homens proletários, em busca de melhores situações para suas famílias, migrando para fornecer mão de obra barata para as grandes indústrias, aos poucos vai sendo modificada para acrescer um intenso número de mulheres que deixam seus lares e famílias, deixando família e filhos sob forte peso emocional (HOCHSCHILD, 2012), para oferecerem seus serviços de cuidado. O fluxo das migrações destas mulheres segue, via de regra, a rota sul-norte através de circuitos alternativos, de modo a deixarem países de terceiro mundo para trabalharem na terceirização do *carework* de países de primeiro mundo.

De outro lado, recentes estudos apontam para outras tendências de fluxos migratórios em evidência nas últimas décadas. É o caso das migrações de *careworkers* entre países latino americanos, dentro de um ciclo que reproduz a lógica das rotas sul-norte, mas desta vez em um mesmo hemisfério (sul-sul). As pesquisas sobre migrações intra latino-americanas apontam que a motivação anterior das mulheres migrantes era, sobretudo, a reunificação familiar, quando as mulheres migravam para juntar-se aos companheiros que já haviam migrado há algum tempo. Contemporaneamente, a mulher migrante latina destaca-se por deixar suas famílias em busca de sustento econômico, fazendo, temporariamente, remessas de dinheiro para seus locais de origem, conforme indica Rico (2006, p. 2):

Hasta no hacemuchotiempo una alta proporción de mujeresmigrabanem calidad de acompañantes de losvarones o acogidas a la figura de la reunificación familiar, y un número significativo de mujereslatinoamericanasdirectamente no migraba (ni sola niacompañada), mientrassílo hacían los hombres. En cambio, en la actualidadson numerosas las mujeres que migransola, muchas veces después de difíciles negociaciones y decisiones dentro de su grupo doméstico o familiar.

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão vinculado às Nações Unidas, em levantamento acerca dos Espaços Ibero-Americanos, a maioria dos migrantes inter-regionais é composta por mulheres, sendo o serviço doméstico, para elas, uma das oportunidades mais frequentes em termos de emprego (CEPAL, 2006, p. 132). Segundo aponta a pesquisa, “[...] a combinação de nacionalidade, etnia e ocupação distingue as trabalhadoras estrangeiras das nacionais e expõe as primeiras, embora não em todos os casos, a discriminações entrecruzadas”.

Afora a contratação de mulheres de outros países que normalmente advêm de uma difícil realidade profissional em seus locais de origem, oferecendo mão de obra a baixos custos e submetendo-se a precárias proteções trabalhistas e previdenciárias, persiste ainda um fenômeno que, no Brasil, se mostra bastante evidente em termos de migrações internas: os deslocamentos de mulheres de regiões mais pobres para regiões mais desenvolvidas dentro do mesmo país, em busca de melhores condições de vida, se deparando com a única proposta de trabalho que lhes é oferecida: o *carework*.

Embora os mais recentes dados do Censo Demográfico brasileiro (IBGE, 2012) apontem mudanças na configuração do quadro tradicional de migrações entre regiões, apresentando uma relativa redução (de 3,3 milhões entre 1995 e 2000 a 2 milhões entre

2004 e 2009) e apresentando um elevado número de migrantes regressando para seus estados de origem, as regiões Norte e Nordeste continuam sendo as que contêm o maior número de emigrações nos últimos dez anos. O Censo 2010 (IBGE, 2012) mostra que 35,4% da população brasileira residia em município diverso daquele em que nasceu, localizando-se na região Sudeste os dois estados da federação que contabilizam os maiores números de não naturais residentes em nível nacional: São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo o Censo, mais da metade (53,6%) dos migrantes nacionais não naturais do estado onde residiam era nordestina, totalizando cerca de 9,5 milhões de pessoas. Ainda, no que diz respeito às migrações nos cinco anos anteriores à realização do Censo (2005-2010), a pesquisa mostra que 1,3 milhões de pessoas deixaram o Nordeste, sendo esta a única região que perdeu população no Brasil. Dentro deste montante, 828 mil pessoas dirigiram-se para o Sudeste, sendo São Paulo, Goiás e Santa Catarina os estados que mais receberam migrantes, e Maranhão e Bahia os estados com maiores emigrações. Nesse ínterim, apesar das mudanças observadas no cenário migratório brasileiro, estes números deixam evidente que ainda se reproduz o histórico fluxo migratório existente entre estados menos desenvolvidos economicamente e estados em que se supõe haver mais oportunidades de emprego e remuneração.

No que diz respeito à feminização das migrações, no Brasil a lógica não é diferente dos cenários internacional e regional. Dentre os 4,6 milhões de indivíduos que migraram nos estados brasileiros entre 2005 e 2010, 2,4 milhões eram homens e 2,3 milhões, mulheres. O Censo constata que 89% dos migrantes tinham menos de 50 anos, o que demonstra que a maior parcela de fluxos migratórios no Brasil é constituída de pessoas na faixa etária da população economicamente ativa.

Nesse diapasão, sejam internacionais, regionais ou internas, as migrações femininas têm se tornado bem evidentes, embora os estudos que interligam esta realidade com o trabalho do *care* e com a subalternidade das mulheres pobres ainda sejam escassos, sobretudo no que diz respeito à preocupação com as violações aos direitos humanos, comuns neste contexto.

Uma das principais características destes fluxos migratórios com vistas ao desenvolvimento do trabalho de cuidado é o fato de que os deslocamentos das mulheres gera uma demanda em sua própria família para a realização *do seu próprio carework*, ou seja, aquele trabalho cuja responsabilidade social e moral, *a priori*, recai sobre a própria mulher migrante, que também tem filhos para criar, trabalho doméstico a realizar,

idosos e doentes para cuidar etc. Via de regra, não ocorrendo o compartilhamento do *care* com os homens, a saída das mulheres em busca de trabalho remunerado fora de sua própria cidade, região ou país, tem gerado o que Arlie Hochschild (2004) chama de *Cadeia Global de Assistência*, que se manifesta entre mulheres de diferentes classes, etnias, origens e nacionalidades.

Este ciclo de *carework* interliga “três conjuntos de cuidadoras” (LISBOA, 2007, p. 801) em rede: uma mulher cuida dos filhos da migrante em casa, na cidade, região ou país de origem; outra cuida dos filhos desta primeira que cuida dos filhos da migrante (que normalmente é alguma mulher da própria família, como mães, avós, tias etc); e por fim, há a própria migrante que se desloca para cuidar dos filhos, doentes, idosos e do trabalho doméstico de pessoas de cidades, regiões ou países mais desenvolvidos que o seu de origem. Neste contexto, “as mulheres mais pobres criam os filhos das mais ricas, enquanto mulheres ainda mais pobres— ou mais velhas ou mais rurais, lhes criam os filhos” (HOCHSCHILD, 2004, p. 196).

O que se observa é que a importação de trabalhadoras do cuidado ao redor do mundo, da América Latina e do Brasil, vem satisfazer um mercado que tem uma *real carência* de *careworkers*, que não migram somente por motivos individuais de emancipação profissional, mas pelo fato de que o *care* é de um bem cada vez mais escasso em várias sociedades desenvolvidas e em vias de desenvolvimento, sobretudo após a entrada expressiva das mulheres no mercado público de trabalho. Nesse sentido, as cuidadoras têm encontrados portas abertas em lugares mais desenvolvidos que o seu de origem em virtude, sobretudo, da forte demanda por pessoas que realizem o “trabalho sujo” ou “que ninguém mais deseja fazer”. Além disso, tanto os governos dos países de terceiro mundo, que enviam as cuidadoras, quanto governos dos países desenvolvidos receptores desta mão de obra, criam uma série de facilidades para que este fluxo ocorra (HOCHSCHILD, 2004), fechando os olhos a ilegalidades ou a questões trabalhistas

É neste sentido que Saskia Sassen (2003, p. 41) denomina estes fluxos migratórios de “contra-geografias da globalização”, afirmando que eles encontram-se direta ou indiretamente relacionados com a economia global, constituídos geralmente de maneira informal, sem submeter-se necessariamente às normas jurídicas nacionais ou internacionais.

Nesse sistema, a demanda excessiva pelo *care* fornecido por mulheres de regiões subdesenvolvidas forma o que Hochschild (2004) vai denominar de “emotional

imperialism”): uma nova forma de dominação imperialista em que, no contexto global, os países centrais apropriam-se da matéria prima básica do *carework* proveniente dos países periféricos, a fim de desenvolver-se economicamente e suprir os recursos não mais existentes em seus territórios. Esta forma, digamos, de *macro imperialismo*, se desdobraria também em *micro imperialismos*, na medida em que se reproduz em escala menor em regiões de tradição sócio-política mais semelhante (como a América Latina) e em países caracterizados por apresentar uma profunda desigualdade social interna (como no caso brasileiro).

Subsistem paralelamente, portanto, países desenvolvidos que importam a matéria prima do *care*; países subdesenvolvidos que a exportam; e países híbridos, como o Brasil, que importam, exportam e utilizam-se da própria mão de obra de cuidado disponível internamente. Formam-se verdadeiras *teias de assistência*: cadeias globais entrecruzadas com cadeias regionais e nacionais.

Observadas estas questões de intersecção entre as políticas do *care* e as migrações internacionais, regionais e internas, passemos a analisar, a seguir, em que sentido pode-se afirmar que a manutenção da subalternidade das mulheres pobres sustenta o sistema capitalista, de modo a explorar sua força de trabalho em nome da emancipação das mulheres de regiões desenvolvidas do globo.

4 Implicações de classe: a reprodução da subalternidade das mulheres pobres enquanto sustentáculo do sistema capitalista

O sistema capitalista, ao materializar a extorsão da força de trabalho do homem produtivo, não precisa arcar com o ônus da reprodução *do próprio indivíduo*. Esta atividade é realizada, de maneira invisível, pelo trabalho das cuidadoras, sejam elas primárias ou terceirizadas. A constante invisibilização do trabalho doméstico, do asseio da casa, da limpeza das roupas, da louça, da compra e preparação do alimento etc, enquanto trabalho que produz algo (o próprio indivíduo produtor), ao mesmo tempo em que alimenta o capital, o sustenta (na base), e é fundamental para que este exista, pois “o tempo de trabalho doméstico poupado é alocado à produção capitalista”, não havendo, portanto, “custo adicional para o capital” (CARVALHAL, 2003, p. 20). As cuidadoras, nesse sentido, realizam o trabalho de manter, prover e sustentar a própria força de trabalho produtiva.

Levando isto em conta para o nosso estudo, a análise da divisão sexual do trabalho e do cenário em que se desenvolvem as relações laborais da chamada “globalização da assistência”, conforme a tese aqui defendida, nos levará à conclusão direta de que, não apenas as mulheres, em geral, sustentam o sistema capitalista (através do histórico arremate liberal da divisão entre esfera pública e privada e das ideias contratualistas propagadas por Rousseau (1995, 2005) e Locke (2005), em que as mulheres são *naturalmente* pertencentes à esfera privada e da família), mas sobretudo as *mulheres pobres*, ou mulheres advindas de países de Terceiro Mundo, regiões subdesenvolvidas ou periféricas no cenário global, têm sustentado a manutenção das relações laborais, sociais e morais dentro da família liberal, a fim de que o modelo capitalista de produção e reprodução (este, invisibilizado enquanto trabalho) se mantenha.

As lutas políticas dos movimentos feministas trouxeram direitos, garantias e inserção no mercado de trabalho capitalista às mulheres, que antes ocupavam preponderantemente a esfera privada e as relações invisíveis que ali se desenvolviam sem a intromissão do Estado. Com a entrada feminina no cenário trabalhista público, a conquista da emancipação econômica para as mulheres se daria sob altos custos para o mercado capitalista, se, ao invés de cumular uma jornada de trabalho dupla (de preferência trabalhando em apenas meio período e sendo menos remuneradas), as mulheres houvessem conseguido compartilhar o trabalho de cuidado com o indivíduo masculino produtor. Está muito claro para as análises feministas que o capitalismo precisa de alguém (que não o indivíduo masculino produtor) que realize o *carework* familiar. Aliás, a própria estrutura familiar deve se manter dentro do modelo tradicional patriarcal, sendo condenáveis quaisquer outros arranjos familiares diversos do tradicional “marido-esposa-filhos”, para que o sistema liberal capitalista atinja seu ápice.

Não sendo, todavia, compartilhado o trabalho de cuidado no âmbito da família, a tendência contemporânea, como visto, é a de que este seja terceirizado (monetizado ou mercantilizado), a fim de que determinadas mulheres possam livrar-se do ônus que, *a priori*, recairia moral e socialmente sobre si e deleguem-no, finalmente, para outras pessoas, em geral mulheres. O resultado desta terceirização é o surgimento de uma demanda gigantesca por serviços de assistência, fazendo com que a matéria prima do *care* seja buscada em determinadas regiões à margem do centro da demanda.

Surge, assim, um aparente *conflito de interesses entre as mulheres* de países de primeiro mundo ou de regiões desenvolvidas e as mulheres de países de terceiro mundo ou de regiões periféricas ou marginais. Este conflito, por conseguinte, reforça a subalternidade das mulheres mais pobres e permite que as mulheres que têm condições socioeconômicas de terceirizar o *carework* emancipem-se profissional e economicamente às custas de mulheres que se encontram em situação desvantajosa. É, assim, um reforço à feminização da pobreza e às disparidades de classe, raça e etnia ao redor do mundo. Estima-se, com base em dados da ONU (LISBOA, 2007, p. 807), que 70% dos pobres do mundo são mulheres.

Nessa sistemática, nem a divisão sexual do trabalho de assistência é ressignificada, com o compartilhamento deste ônus entre homens e mulheres, nem a responsabilidade social e moral deixa de recair sobre as mulheres. As *cadeias de assistência* evidenciam o ciclo vicioso da atribuição e delegação do *carework* sempre entre mulheres.

Assim, o fornecimento da matéria prima valiosa do *care* recairá, de uma forma ou de outra, sempre sob os países de terceiro mundo ou regiões marginais do globo, seja internamente, regionalmente ou globalmente. A força de trabalho que irá sustentar o capital e substituir o Estado em sua omissão na garantia dos direitos sociais e previdenciários cada vez mais tem sido a das mulheres oriundas de países subdesenvolvidos ou marginais.

No que diz respeito ao compromisso do Estado na prestação de serviços de assistência social, o avanço do neoliberalismo e a crise no Estado Providência (ou Estado de Bem-Estar Social na Europa, onde o cumprimento dos direitos sociais era política de Estado, que cumpria um papel protetor da população, efetivando políticas públicas sociais e trabalhando na ampliação da cidadania) atua no sentido de reduzir a oferta de serviços públicos e coletivos por parte do ente estatal, trazendo as questões cotidianas que envolvem cuidado, atenção e assistência de volta à responsabilidade da família e, conseqüentemente, sobrecarregando as mulheres, enquanto provedoras do *care*.

Assim, o “emotional imperialism” e as “contrageografias da globalização”, funcionando como sistema em que mulheres em situação de vulnerabilidade econômica oriundas de países de terceiro mundo e regiões subdesenvolvidas ou marginais migram para trabalhar como cuidadoras em regiões desenvolvidas e países de primeiro mundo, suprimindo o papel social e assistencial do Estado, “é conseqüência direta do

desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal” (LISBOA, 2007, p. 808). Nesse sentido, estima-se que cerca de 10 milhões de mulheres, no planeta, não possuem cidadania nos países em que vivem atualmente e, dentre estas, por volta de 1 milhão são trabalhadoras domésticas (LUTZ, 2000). Segundo Lisboa (2007, p. 811), quase 20 milhões de mulheres no mundo vivem em condições de *segunda categoria*, lutando por sobrevivência e para ter seus direitos garantidos.

É neste sentido que Hochschild (2004, p. 93), ao indagar pela situação das migrantes em países de primeiro mundo, chama atenção para a “mais valia emocional”, observando que a assistência e o amor estão sendo distribuídos de maneira desigual pelo mundo, de modo que determinadas regiões do globo importam carinho, cuidado, atenção, asseio e reprodução social do mesmo modo que, em dado momento da história, importaram ouro, prata e outros minérios de regiões colonizadas.

A reflexão da autora nos parece bastante alinhada com o que aqui se pretende defender: a ideia de que o desenvolvimento do capital não poderia ter ocorrido da mesma maneira sem que determinada “mão de obra invisível” das mulheres lhe servisse de sustentáculo. Necessariamente, “a mais valia emocional” deve atuar na base do desenvolvimento do sistema capitalista, para que este atinja sua potencialidade de exploração.

A grande questão que se observa contemporaneamente, é que, emancipadas profissional e economicamente, determinada classe de mulheres pode trabalhar em prol do capital, assim como fazem os homens, às custas do *carework* empregado por outra classe de mulheres, que sustentam a *bandeja* do sistema capitalista, com aventais e uniformes típicos da servidão.

5 Conclusão

O estudo do *carework* no contexto das migrações internacionais, regionais e internas permitiu que se evidenciasse em que medida esta espécie de trabalho tem sido cada vez mais delegadas a mulheres de regiões periféricas ou marginais do globo. Embora o cuidado tenha sido fornecido historicamente por mulheres no espaço privado, observa-se, atualmente, uma forte tendência a que as mulheres de uma classe economicamente privilegiada possam emancipar-se profissionalmente, a fim de que outra classe de mulheres possam executar o trabalho considerado “sujo e indesejado”.

Obviamente que a saída de uma mulher de uma região periférica para uma região desenvolvida representa, para esta mesma mulher, uma emancipação econômica. E, comumente, em seu lugar, outras mulheres lhe substituirão no cuidado de sua própria família. Entretanto, questiona-se a que custo a existência desta *cadeia global, regional e nacional de assistência* onera cada vez mais mulheres ainda mais pobres, em uma sequência contínua de subalternidade. De maneira indireta, a mãe da migrante que vai trabalhar em um país de primeiro mundo é, também, dependente da mulher de classe privilegiada que contrata sua filha. E assim, sucede-se uma rede de subordinação *entre mulheres*.

Ainda, surgem conflitos entre as próprias cuidadoras, na medida em que, muitas vezes, algumas são preferidas diante de outras, em virtude de se sujeitarem a determinadas relações sem maiores problemas. Migrantes latinas (sobretudo bolivianas e peruanas), atualmente, tem sido preferidas com relação a trabalhadoras brasileiras para o serviço doméstico em residências do sudeste do Brasil, em virtude de dormirem no emprego (já que algumas mulheres não possuem outra residência, que não esta), de terem menos conhecimento acerca da legislação trabalhista e de não fazerem exigências quanto à remuneração (FORNETTI, 2011).

Dentro desta lógica, a emancipação econômica e profissional das mulheres não tem se dado de modo a questionar o sistema capitalista e a sujeição feminina. Tem se dado, na verdade, *dentro* deste sistema, e sob estas regras e valores postos. A mercantilização do *carework* é, na verdade, um dos maiores reflexos da interligação e interdependência direta entre capitalismo e patriarcado, que, se não questionado desde a base, tende a aprofundar ainda mais os abismos sociais entre classes e, ainda, um entre *mulheres de classes sociais distintas*, que, como enfatizou Beauvoir (2009) na metade do século XX, não parecem conseguir unir-se enquanto categoria que reivindicam direitos, estando dispersas no corpo social, de modo a não encontrarem o elo em comum que as une e as subordina coletivamente.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente** – SP. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2003.

CASALINI, Brunella. Trabalho de reprodução social e globalização. **Prima Facie**, v.9, 17, 2010.

DEEN, Talif. Cada vez há mais mulheres migrantes no mundo. **Inter Press Service – Reportagens**. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/cada-vez-ha-mais-mulheres-migrantes-no-mundo/>>. Acesso em: 03/07/2014.

DUFFY, M. Reproducing Labor Inequalities. Chalenges for feminists conceptualizing care at the intersections of gender, race and class. **Genderandsociety**, 19, 1, 2005.

DUMONT, J.; MARTIN, J. P.; SPIELVOGEL, G. “Womenonthe move: The neglectedgenderdimensionofthebraindrain”. In **OECD WORLD FORUM onStatistics, KnowledgeandPolicy - MeasuringandFosteringtheProgressofSocieties**. Paris: OECD, 2007.

FORNETTI, Verena. Latinas buscam vaga de doméstica no país. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2002201112.htm>>. Acesso em: 20/03/2014.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Harvard University Press, 1982.

HIRATA, H. GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e Cuidadoras**. São Paulo: Atlas, 2012.

HOCHSCHILD, Arlie. **Love and Gold**.Londres: Granta Book, 2003.

_____. “As cadeias globais de assistência e a mais-valia emocional”. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. **No limite da racionalidade – convivendo com o capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel. Em HIRATA, H. GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e Cuidadoras**. São Paulo: Atlas, 2012.

LAMAS, Marta. Cuerpo: diferencia social y género. **Debate feminista**. Ano1. Vol.X. Mexico: 2000.

LISBOA, T. K. Fluxos Migratórios para o trabalho reprodutivo. **Estudos Feministas**, 15, 3, Florianópolis: S/E, 2007.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LUTZ, Helma. *Geschecht, Ethnizität, Profession – Die neue Dienstmädchenfrage in Zeitalter de Globalisierung*. Münster: Iks – QuerFormat, 2000.

MOLINER, Pascale. Ética e trabalho do *care*. Em HIRATA, H. GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e Cuidadoras**. São Paulo: Atlas, 2012.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, 16 (2): 440, p. 303-332, maio-agosto. 2008.

RICO, Nieves María. **Las mujeres latinoamericanas en la migración internacional**. CEPAL, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou a educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado. In: Castillo-Martin M; Oliveira S (organizadoras). **Marcadas a ferro. Violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SASSEN, S. **Contra geografias de La globalización – gênero e cidadania dos circuitos fronteiriços**. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

SCHIFF, M.; MORRISON, R.; SJOBLOM, M. **The International Migration of women**, Palgrave Macmillan editions, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 2 ed. Recife: SOS Corpo, 1996.

TRONTO, J. **Confinimorali. Un argomento politico per l'etica della cura**. Reggio Emilia: Diabasis, 2007.

ZELIZER, V. A economia do *care*. Em HIRATA, H. GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e Cuidadoras**. São Paulo: Atlas, 2012.